Apresentação

A segurança pública ocupa lugar central nos desafios contemporâneos das sociedades democráticas. Em contextos marcados pela expansão do crime organizado, pela carência de serviços públicos de qualidade e pela persistência das desigualdades, evidências indicam que respostas exclusivamente repressivas são insuficientes para produzir transformações duradouras. O enfrentamento às organizações criminosas é uma prioridade do Estado brasileiro. Seu sucesso passa pela construção de territórios mais seguros. É nesse horizonte que se inserem políticas públicas pautadas na lógica de "prevenção ampliada".

Este conceito parte da compreensão de que a prevenção não é uma dimensão secundária da segurança pública, mas um de seus pilares centrais. Além disso, ao invés de restringir-se a intervenções pontuais voltadas apenas à redução de comportamentos de risco, essa perspectiva procura conter os determinantes estruturais que vulnerabilizam comunidades e territórios. Isso significa reconhecer que fenômenos como o recrutamento de jovens pelo crime organizado, a violência armada, a exclusão social e a privação de direitos estão conectados e demandam respostas integradas.

Trata-se, portanto, de uma abordagem fundamentada na articulação entre diferentes políticas públicas e atores sociais. A prevenção ampliada pressupõe a cooperação entre União, estados e municípios, organizações da sociedade civil e setor privado, e também a integração entre sistemas de segurança pública, justiça, educação, saúde e assistência social. Seu objetivo é fortalecer fatores de proteção, ampliar oportunidades, promover o acesso a direitos e consolidar aquilo que denominamos "territórios preventivos": espaços em que a presença coordenada do Estado e da comunidade contribui para a redução das vulnerabilidades e para a promoção do bem-estar coletivo. Essa visão orienta políticas concretas desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), como o Pronasci Juventude, os Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS), o CRIA Prevenção e Cidadania, o Convive – Centro Comunitário pela Vida, o Centro Integrado Mulher Segura, e o programa Território Seguro, Amazônia Soberana.

Apesar do conceito já pautar políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos, identificamos que ainda faltava um espaço que consolidasse reflexões, pesquisas e relatos de experiências práticas de algumas dessas iniciativas. Portanto, esta edição especial da Revista SUSP, "Prevenção Ampliada e Segurança Pública: um novo horizonte para a política sobre drogas", preenche uma lacuna no debate público e acadêmico, além de contribuir para a formação e especialização de profissionais da segurança pública e do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

Além de avançar na fundamentação teórica da prevenção ampliada e na apresentação de alguns dos projetos citados, esta edição da Revista SUSP se debruça de forma mais aprofundada sobre a Rede CAIS (Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social), uma iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos que articula ações de cuidado e redução de danos, com promoção de direitos e inserção produtiva, e que buscamos documentar a partir de suas diferentes modalidades de implementação.

Sob a coordenação de Claudia Braga, pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), e com a colaboração de Luciana Boiteux, pesquisadora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), esta edição reúne textos que aproximam produção acadêmica, gestão pública e práticas territoriais. Assim, damos voz a especialistas nos temas da segurança pública e da política sobre drogas a partir da perspectiva da prevenção e dos direitos humanos, garantindo ainda rigor científico e um debate academicamente robusto.

A escolha do tema também dialoga com um momento decisivo para a política nacional sobre drogas: a aprovação do novo Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD) pelo Conad. As reflexões, evidências e experiências reunidas nesta edição podem oferecer subsídios concretos para qualificar a implementação do novo Plano e contribuir para a formulação de políticas mais integradas, efetivas e comprometidas com a garantia de direitos.

Por fim, agradecemos a parceria das Diretorias de Ensino e Pesquisa da Senasp e de Pesquisa, Avaliação e Gestão das Informações da Senad nesta edição conjunta e por fomentar constantemente debates e reflexões relevantes para a construção de políticas sobre drogas

mais efetivas e qualificadas. Com esta edição especial da Revista SUSP esperamos contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas à luz das evidências e das aprendizagens acumuladas na gestão e nos territórios.

Esperamos que os artigos aqui reunidos fortaleçam o diálogo e a cooperação em torno de uma segurança pública integral, além de estimularem novas pesquisas, práticas e formas de articulação entre instituições e territórios. Que esta edição contribua, sobretudo, para avançarmos na construção de respostas capazes de combinar prevenção, cuidado e enfrentamento qualificado ao crime, reconhecendo que territórios mais seguros e menos vulneráveis dependem da capacidade do Estado de atuar de forma integrada.

Marta Machado
Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Francisco Lucas Costa Veloso
Secretário Nacional de Segurança Pública